



CLIPPING INTERNET
06/12/2019 ATÉ 06/12/2019



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 SITE G1 MARANHÃO.....	2
3	PRESIDÊNCIA	
	3.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
4	SINDJUS	
	4.1 SITE SINDJUS.....	45

Tribunal de Justiça do Maranhão terá site mais moderno e acessível em 2020

Um portal mais leve, objetivo e acessível. Tendo essas premissas como base, já está no processo de homologação o novo Portal do Poder Judiciário do Maranhão. O desenvolvimento do novo portal foi autorizado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, e consolidará a valorização da Comunicação Social do Judiciário em sua gestão.

Uma comissão formada por servidores da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça e Escola Superior da Magistratura do Maranhão e da Diretoria de Informática e Automação tem trabalhado no último ano para finalizar e entregar aos jurisdicionados, profissionais do Direito, magistrados e servidores a nova interface da Justiça Estadual maranhense na internet.

O novo Portal Judiciário do Maranhão vem transformado em seu design e em sua estrutura de conteúdo, sendo mais intuitivo, simples e responsivo a todos os dispositivos de acesso à internet. Ele foi pensado de forma a unificar a presença do Judiciário por meio da instituição Tribunal de Justiça do Maranhão. A partir dele, que institucionalmente é o guarda-chuva de toda a estrutura judiciária estadual, foram trabalhados os papéis específicos dos maiores setores como a Corregedoria Geral da Justiça e a Escola da Magistratura, bem como Ouvidoria, coordenadorias especiais, entre outros.

"Foi um grande desafio pensar e desenvolver esse novo Portal do Judiciário. Acompanhar os avanços das interfaces online, organizar a oferta de conteúdo que é muito plural e vasta no Judiciário, trazer funcionalidade para o usuário. Isso tudo foi minuciosamente trabalhado", declara Roberta Gomes, jornalista da Assessoria de Comunicação do TJMA que está coordenando o projeto. Além dela, integram a comissão as jornalistas Juliana Mendes, assessora-chefe de Comunicação da Corregedoria Geral da Justiça, e Irma Helenn, responsável pela Comunicação da Escola da Magistratura. Na Diretoria de Informática, coordenam o projeto os servidores Isaac Costa Júnior e Tony Diniz.

ACESSIBILIDADE

Uma das principais necessidades para um novo portal - e a mais urgente - era o funcionamento do site com as ferramentas e aplicativos de acessibilidade. Tornar o conteúdo produzido e disponibilizado pelo Judiciário estadual acessível a todos.

O novo portal está sendo desenvolvido com recursos para ser lido por aplicativos de leitores de tela, audiodescrição, VLibras - aplicativo que traduz o texto para a Língua Brasileira de Sinais -, alto-contraste, navegação assistida etc. "A acessibilidade é uma obrigação prevista em Lei, inclusive para os recursos de web. Contudo, atualmente no Brasil, apenas cerca de 1% do conteúdo na web é acessível; e o conhecimento das ferramentas e sua implantação também ainda precisam ser difundidos. Estamos cumprindo com um dever enquanto instituição pública", completou Roberta Gomes.

TRANSPARÊNCIA

Outro importante ponto levado em consideração na construção do novo portal é disponibilização de informações e serviços de forma simples, objetiva e a poucos cliques do usuário. Além de facilitar o acesso de quem navegará no novo Portal do Poder Judiciário do Maranhão, o TJMA conseguirá reunir as informações exigidas no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça em um só local.

De acordo com a Diretoria de Informática, um novo Portal da Transparência também já começou a ser desenvolvido, onde estarão reunidas, inclusive, as informações financeiras, orçamentárias, de recursos humanos etc.

HOMOLOGAÇÃO

Para o novo portal funcionar bem e atender a todos os requisitos necessários, ele precisa ser homologado, que é uma fase de transição entre o desenvolvimento e o seu lançamento oficial. É quando ele é testado, erros são corrigidos, conteúdo migrado e todas as falhas, encontradas e corrigidas. É nesta fase que o portal entrará agora em dezembro de 2019.

Também foi desenvolvido pela Informática do TJMA um novo gerenciador de conteúdo para atender a nova estruturação do portal. Esse novo gerenciador será acessado pelo sistema Sentinela e os servidores que alimentarão conteúdo - nas mais diversas áreas do portal - serão apresentados e treinados na nova plataforma.

"A Assessoria de Comunicação está preparando um material de auxílio, bem como em oficinas e treinamentos para os servidores que trabalharão com a inserção de algum tipo de informação no portal", completou Roberta Gomes.

Comunicação Social do TJMA

Justiça determina interdição parcial de presídios em Imperatriz e Davinópolis

Interdição foi determinada por conta da superlotação e falta de segurança nas unidades prisionais.

A Justiça do Maranhão determinou a interdição parcial das unidades prisionais dos municípios de Imperatriz e Davinópolis, no sul do Maranhão, por conta da superlotação e da falta de segurança. A liminar foi concedida a pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA).

O pedido foi feito em setembro pela 5ª Promotoria Criminal de Imperatriz. Com a decisão, não podem mais ser trazidos detentos de outras comarcas para serem abrigados nas unidades prisionais dos dois municípios. De acordo com o MP, existem em torno de 60 a 70% de presos acima da capacidade nas unidades.

A decisão também determinou a transferência dos presos para outras unidades prisionais do Maranhão. Segundo o promotor de justiça, Domingos Eduardo da Silva, a superlotação dos presídios pode ocasionar a facilidade de fuga de presos e brigas internas.

“Essa superlotação ocasiona uma série de problemas, entre eles que podemos destacar a possibilidade de fugas, de brigas internas, causam problemas na unidade que está acima da sua capacidade de lotação de abrigo”, disse o promotor.

Em nota, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informou que está trabalhando para ampliar as unidades prisionais. Veja na íntegra:

"A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) informa que está cumprindo a determinação do Poder Judiciário. Entre as medidas adotadas pela Secretaria estão os serviços de ampliação realizados, muito antes da determinação judicial, na Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) de Imperatriz, que estão previstas para serem concluídas até a próxima terça-feira (10). Com a finalização dos serviços, a unidade, que atualmente possui 264 vagas, passará a ter mais 181, chegando a um total de 445 vagas no sistema prisional estadual no município. Em relação à Penitenciária Regional de Imperatriz e a UPR de Davinópolis, a Seap afirma que existe um projeto de ampliação a ser executado no primeiro trimestre de 2020 nesses estabelecimentos. A unidade de Davinópolis, por exemplo, que hoje tem 104 vagas, passará a ter 147. Já a Penitenciária Regional de Imperatriz, que possui 160, com a conclusão das obras contará com 224 novas vagas", diz a nota.

Construção e revitalização

O desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, já entregou 65 obras de construção, revitalização e reformas em prédios do Poder Judiciário no Estado. As obras representam o compromisso da Corte em oferecer melhores serviços de atendimento aos seus jurisdicionados, no pleno exercício de suas funções institucionais e constitucionais. Sessenta e cinco unidades prediais receberam melhorias, envolvendo serviços de reforma, manutenção predial, adequações e pequenos reparos, na estrutura dos Fóruns da Capital e interior do Estado, juizados, unidades administrativas, entre outros.

Sindjus-MA encerra quinta semana de Assembleia Geral Regional Itinerante nas comarcas do interior

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) realizou de 02 a 06 de dezembro a Assembleia Geral Regional Itinerante nas comarcas de Morros, Barreirinhas, Tutóia, Araiões, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Brejo, Chapadinha, Vargem Grande, Itapecuru-Mirim e Anajatuba.

Na Comarca de Vargem Grande, o auxiliar judiciário Augusto Carvalho (foto) aproveitou a Assembleia para se filiar ao Sindjus-MA.

Os servidores filiados ao sindicato compareceram aos fóruns das respectivas comarcas e participaram debatendo, opinando e votando sobre os sete pontos de pauta: 1º) formalização da pena de advertência; 2º) período da pena de exclusão; 3º) direitos do associado durante a pena de suspensão; 4º) direito de recorrer à assembleia nos casos de advertência, suspensão ou exclusão; 5º) proposta de substituição do modelo de administração Presidencialista do Sindjus-MA pelo modelo de Coordenação Colegiada; 6º) declarações necessárias para ocupantes de cargos de direção do Sindjus-MA; e 7º) Conselho de Representantes como órgão consultivo, deliberativo e auxiliar da Coordenação Colegiada.

Confira as fotos da Assembleia nas comarcas: sindjusma.org/subpage.php?id=5347_8203-sindjus-ma-encerra-quinta-semana-de-assembleia-geral-regional-itinerante-nas-comarcas-do-interior.html

O resultado final da votação de cada um dos tópicos será totalizado na última assembleia, que será realizada no dia 14 de dezembro, em São Luís, quando será proclamada a posição da categoria em relação a cada um dos temas propostos.

É importante que o servidor filiado compareça e faça valer seus direitos, pois além de consultar os filiados sobre a compatibilização do Estatuto Social com Código de Ética e sobre a mudança no modelo de gestão sindical, durante a Assembleia Geral Regional, o Sindjus-MA também informa os servidores sobre diversas demandas da categoria, como a implantação dos 6,1%, reajuste dos auxílios, concurso de remoção, entre outros.

Confira agenda da semana final da Assembleia Geral Regional Itinerante:

Desvio de função: TJMA julga ADI das resoluções de atribuições na nesta quarta-feira (11)

O Tribunal de Justiça do Maranhão julga no dia 11 de dezembro, a partir das 9h, na sala das sessões plenárias do TJMA, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 0808241-13.2019.8.10.0000), ajuizada pelo Sindjus-MA, referente às atribuições de cargos públicos do Poder Judiciário Estadual. O objetivo da ação é que, conforme a Constituição, as atribuições sejam definidas por Lei, tornando o combate ao desvio de função mais efetivo. O advogado Cezar Britto, que assessora o Sindicato na ADI, fará a sustentação oral.

Atribuições

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade, o Sindjus-MA contesta a competência do Pleno Administrativo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para regulamentar, por meio de Resolução, as atribuições de cargos públicos do Poder Judiciário Estadual. Especificamente, o Sindicato refuta a constitucionalidade do parágrafo 2º do Artigo 3º da Lei Estadual nº 8.032/2003; assim como do parágrafo 3º do Artigo 4º e do inciso II do Artigo 8º, estes da Lei Estadual nº 8.715/2007. O relator do processo (ADI nº 0808241-13.2019.8.10.0000) é o desembargador João Santana Sousa.

Conforme o Escritório Cezar Britto e Advogados Associados, que assessora o Sindicato na ADI, os textos impugnados violam preceitos constitucionais e contrariam entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ao permitirem que Resoluções do TJMA definam atribuições dos cargos do Poder Judiciário do Maranhão que deveriam ser regulamentadas por Lei.

Em resumo, os trechos impugnados das Leis 8.032/2003 e 8.715/2009 atribuem competência ao Pleno Administrativo do TJMA para regulamentar por meio de Resolução: as atribuições das estruturas administrativas; as atribuições dos cargos de provimento efetivo, de provimento em comissão e funções gratificadas; alterar estruturas administrativas; definir a quantificação dos cargos por especialidades e definir os critérios para posicionamento do servidor por descompressão salarial.

Compareça!

A diretoria do Sindjus-MA convida os servidores do judiciário para acompanhar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O quê? Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Quando? Quarta-feira (11/12) às 9h.

Onde? Tribunal Pleno.